

## A história de um plano

*Rosa Freire d'Aguiar Furtado*

Na tarde de 27 de setembro de 1962, em solenidade no Palácio do Planalto, o presidente João Goulart assinou, com referendo do primeiro-ministro Hermes Lima, a nomeação de Celso Furtado como ministro extraordinário do gabinete parlamentarista. O cargo, criado dois dias antes, previa que o ministro elaboraria um plano para o país, a ser apresentado ao Conselho de Ministros até o final do ano. Surgiu assim o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. Durante a cerimônia, o presidente lembrou que “a posse de um ministro de Estado com a responsabilidade de elaborar o plano de desenvolvimento nacional” representava um fato marcante na vida política do país. Dava em seu discurso as linhas gerais do que pretendia:

De imediato, necessita o governo de uma radiografia geral do Brasil. Pelo conhecimento de nossas realidades econômicas e sociais, adquirimos a convicção de que o desenvolvimento exige modificações estruturais na economia brasileira. Mas a realização acertada dessas modificações pressupõe o planejamento, sem o qual condenamos o país ao agravamento dos antagonismos sociais. Não será demais afirmar que o novo ministro tem sobre seus ombros responsabilidade das mais elevadas: a de elaborar um plano de recuperação nacional.<sup>1</sup>

O Brasil vivia as semanas finais do interregno parlamentarista inaugurado com o impasse a que levava a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Desde a chegada de João Goulart ao poder a polari-

---

1. *Jornal do Commercio*, 28 de setembro de 1962.

zação política se agravava. Em início de setembro de 1962, Celso estava no Recife, onde chefiava a Sudene, quando o presidente Jango o convocou a Brasília e lhe pediu “à queima-roupa” que assumisse o Ministério Extraordinário do Planejamento, até então inexistente.

“Vamos ter de nos preparar para o plebiscito, que devolverá os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos”, disse-me Jango. [...] San Tiago Dantas, conforme eu soube depois, chamara a atenção de Goulart para o fato de que ele não escaparia de ser interpelado sobre o que faria no próximo governo, na hipótese de restauração do presidencialismo. Seria de toda conveniência que apresentasse ao país um bem estruturado plano de governo explicitando suas intenções.<sup>2</sup>

A experiência anterior de planejamento nacional – o Plano de Metas do governo JK –, se estendera por cinco anos; agora o prazo era mais exíguo, pois já tinham se passado dois dos cinco anos do mandato presidencial. E, em condições mais adversas, o plano deveria contemplar objetivos não só econômicos mas sociais. Celso era economista de renome internacional. Desde 1959 dirigia a Sudene, considerada em muitos quadrantes o organismo federal que, de fato, estava enfrentando a sério a miséria no Nordeste. A essa experiência prática de planejamento somava-se a experiência teórica de quase dez anos em que fora economista e diretor da Cepal, no Chile, de onde se irradiaram técnicas de planejamento para todo o continente.

Agora, como ministro sem pasta, instalado numa sala do sexto andar do prédio do Ministério da Fazenda, no centro do Rio de Janeiro, seu trabalho se desdobraria em duas vertentes. De um lado, anotar os pontos relevantes do futuro plano. De outro, consultar seus colegas do gabinete parlamentarista, que reunia ministros de primeiro time, como Darcy Ribeiro, na Educação, Octávio Dias Carneiro, na Indústria e Comércio, Helio de Almeida, nos Transportes,

---

2. *A Fantasia desfeita*, Celso Furtado. Arquivo virtual.

Eliezer Batista, nas Minas e Energia. E recrutar economistas da elite do serviço público, como os do BNDES (então BNDE) e da Sumoc.<sup>3</sup>

Celso preparou um esquema global do plano e de suas partes essenciais, “de forma que, em caso de atraso na preparação dos capítulos setoriais, eu sempre estivesse em condições de apresentar um conjunto de objetivos macroeconomicamente consistentes”.<sup>4</sup> Em meados de dezembro de 1962, dez semanas depois de ser nomeado, ele concluía o Plano Trienal, pondo fim a um esforço de trabalho tão intenso que lhe valeu uma séria crise de hiperglicemia, na época diagnosticada apressadamente como diabetes, doença que, felizmente, nunca se manifestou.

Cópias do Plano Trienal, numeradas, circularam entre os membros do Conselho de Ministros, que o ratificou em reunião presidida por Hermes Lima no dia 28 de dezembro de 1962. Tanto o primeiro-ministro como o presidente da República já haviam aprovado as diretrizes básicas do plano. Em 31 de dezembro, às 19:30h, Jango o anunciou à nação, pela Voz do Brasil, durante discurso de Ano Novo em que conclamava o país à mobilização em torno do Plano Trienal. “Um belo discurso, vazado numa linguagem de otimismo e confiança, que concita todos os brasileiros a se unirem para a obra de salvação de nosso país.”<sup>5</sup> Menos de uma semana depois, no dia 6 de janeiro de 1963, o eleitorado era consultado em plebiscito sobre a manutenção do regime parlamentarista ou a volta ao presidencialismo.

Nos poucos dias que transcorreram entre o anúncio do plano e o plebiscito, os jornais receberam da Presidência da República um pequeno resumo do trabalho, de dezesseis páginas datilografadas. Dias

---

3. Os jornais da época mencionam que a equipe montada por Celso Furtado contou com uma dúzia de pessoas dedicadas em tempo integral, por dois meses, à elaboração do Plano Trienal. Ele cita, em seu livro de memórias *A fantasia desfeita*, alguns desses nomes, como José Pelúcio Ferreira, para o setor agrícola, Juvenal Osório Gomes, para o setor industrial, Casimiro Ribeiro, responsável pelo setor dos fluxos financeiros, Menandro Novais, na área da saúde.

4. Idem.

5. *O Globo*, 2 de janeiro de 1963.

depois sairia a Síntese, com 195 páginas,<sup>6</sup> que mais tarde receberia uma versão em inglês. O Plano Trienal em sua versão integral – dois volumes em tamanho ofício, com capa de cartolina cinza, e 447 páginas – circulou em menor escala, basicamente entre os ministérios. Hoje não consta de muitas bibliotecas de órgãos do governo federal. Daí nossa decisão de publicá-lo na íntegra neste número de *Arquivos Celso Furtado*.

## O Plano

Garantida a volta do presidencialismo, para cuja vitória, em suas palavras, “a confiança que o plano despertou contribuiu amplamente”, Celso deu por encerrada sua missão e se preparou para voltar à direção da Sudene. Estava “consciente de que minhas funções se limitariam a assessorar o presidente e, em certas matérias, o ministro da Fazenda”.<sup>7</sup> Não foi assim. Em 23 de janeiro de 1963, a convite de Jango, assumiu o ministério e se tornou o primeiro ministro do Planejamento no Brasil.

Desde que o Brasil assinara, junto com os governos das Américas, a Carta de Punta del Este, na qual se aprovara o programa da Aliança para o Progresso, previa-se a necessidade de um plano para o país. Orientado pelo pensamento estruturalista e pela ação racionalizadora de Celso Furtado, que o concebeu em suas linhas mestres e seus objetivos básicos, além de ter lhe dado sua redação final, o plano previa manter a taxa anual de crescimento em torno de 7%, elevar a renda *per capita* de 323 dólares, em 1962, para 363, em 1965, e reduzir progressivamente a inflação, dos 50% anuais para 25%, em 1963, e 10%, em 1965.

Tratava-se de demonstrar, contra a ortodoxia dos monetaristas esposada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia a relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva.

---

6. *Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965*, Síntese, Brasília, Presidência da República, 1962.

7. *A fantasia desfeita*, cit.

Com efeito, o Plano Trienal foi o primeiro exercício do que posteriormente se chamaria terapêutica gradualista de tratamento da inflação.<sup>8</sup>

Era um ataque em frentes múltiplas, com a elevação do nível de vida dos grupos de renda mais baixa, a reformulação das estruturas ultrapassadas, em especial a agrária, a fim de reduzir as desigualdades regionais, a reforma da máquina administrativa, a fim de que ela desempenhasse suas novas funções de planejadora do desenvolvimento, o fortalecimento do investimento na educação visando eliminar o analfabetismo etc. Em outras palavras, tratava-se de articular o planejamento da economia com programas setoriais nas áreas de saúde, educação, transportes, recursos naturais, energia, petróleo, agricultura, indústria etc. Ao mesmo tempo, se procederia à negociação da dívida externa.

Quando se examinam as difíceis condições do governo Goulart, o acirramento dos confrontos ideológicos, o fogo cruzado entre a direita a denunciar a “influência comunista” e a esquerda a clamar por uma “república sindicalista”, e também o caráter hesitante do presidente, pretender aplicar um plano dessa amplitude tem algo de missão impossível. Revendo os arquivos de Celso, sobressai, quase mais que a dimensão econômica, a função política do Plano Trienal. Tanto Jango, no discurso em que deu posse a Celso, como *O Globo*, jornal que estava a léguas de simpatizar com o presidente, atribuem ao plano uma missão que beira a salvação nacional. Escreveu Robert T. Daland, da Universidade de Carolina do Norte, que o plano “apontava um conjunto claro de diretivas políticas com que se comprometeu o governo Goulart. Essa declaração política forneceu ao governo um gênero de base de apoio ou de oposição diferente da que era usual no Brasil”<sup>9</sup>.

Mais que isso, acrescentou ao planejamento um fator democrático essencial, visando que os frutos do desenvolvimento fossem dis-

---

8. Idem.

9. *Estratégia e estilo do planejamento brasileiro*, de Robert T. Daland, Rio de Janeiro, Lida-dor, 1969, p. 73.

tribuídos de modo mais homogêneo pelos diversos grupos da população. Esta era a marca do plano. De certa forma, Celso indicava um novo caminho ideológico para o governo Goulart. Mas as reações foram as de sempre, monotonamente previsíveis: justamente os que mais clamavam por reformas institucionais eram os que menos queriam fazer concessões.

Alguns exemplos estampados nos recortes de jornais: o plano propunha um teto de 40% para os aumentos de salários do funcionalismo público e das forças armadas. Pela primeira vez, conforme observou a economista Helga Hoffman, ligada ao Partido Comunista, um plano oficial de combate à inflação não falava de contenção de salários nem culpava os aumentos salariais pela elevação de preços.<sup>10</sup> No entanto, logo pipocou a campanha de boicote a esse teto salarial. Outro objetivo era suprimir os subsídios do petróleo e do trigo que oneravam fortemente as contas externas. Eugênio Gudín, expoente do pensamento ultraconservador, em sua coluna em *O Globo* louvou “calorosamente a providência”.<sup>11</sup> Mas bastou que se questionassem as facilidades e subsídios dados pelo governo ao papel de imprensa para que o jornal que acolhia Gudín se insurgisse contra um plano que “prevê reformas, colocando o país numa semiditadura”.<sup>12</sup>

Quanto ao capital estrangeiro, o plano não o denunciava mas tampouco fazia sua defesa, como o fizera o Plano de Metas. Foi mais um pomo de discórdia. Um colunista de *O Estado de S. Paulo* afirmava que “só através da cooperação estrangeira poderemos acelerar o desenvolvimento econômico e até mesmo manter seu ritmo atual.”<sup>13</sup> A esquerda nacionalista, de seu lado, estigmatizava o plano por favorecer os “capitalistas imperialistas”. A direita saudava o que o plano tinha, justamente, de pior para os sindicatos e grupos nacionalistas. E vice-versa.

---

10. *Como planejar nosso desenvolvimento*, de Helga Hoffman, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

11. Eugênio Gudín, *O Globo*, 11 de janeiro de 1963.

12. *O Globo*, 29 de dezembro de 1962.

13. “Desenvolvimento: comércio exterior”, Mario da Silva Pinto, *O Estado de S. Paulo*, 20 de novembro de 1962.

Além do plano, que começava a ser aplicado, Celso também dedicou atenção à estrutura do novo ministério. Em março de 1962, encaminhou ao presidente da República os projetos do Sistema Nacional de Planejamento, propondo implantar no país, em bases permanentes, a planificação como técnica administrativa: “Os estudos do ministro Celso Furtado foram aprovados *in totum* pelo sr. João Goulart e deverão integrar atos e medidas do Executivo a serem divulgados nos próximos dias”, lia-se na coluna Brasília Informa do jornal *Última Hora*.<sup>14</sup> O sistema previa em cada ministério um núcleo para assessorar e acompanhar a execução do plano. O ministério coordenaria as atividades das agências de planejamento regionais, mas ampliaria as consultas a prefeituras, sindicatos, associações de toda ordem. Criavam-se também os comitês interministeriais, mais exatamente, cinco comitês consultivos: planejamento global, planejamento setorial, planejamento social, planejamento regional e coordenação de programas de ajuda exterior.

Mas a própria ideia da criação de um Ministério do Planejamento jogara muita lenha na fogueira das vaidades dos que defendiam seus territórios prestes a ser incorporados ao novo órgão. Na imprensa, difícil dizer se o alvo preferido era o medo de um superministério ou o temor de que Celso fosse seu primeiro titular. A Robert T. Daland, que o entrevistou longamente em maio de 1965, quando ele iniciava o exílio e lecionava na Universidade Yale, Celso disse ter aprovado a estrutura ministerial baseando-se na ideia abstrata de que o planejamento global num governo era uma boa coisa, mas “a proposta provocou uma oposição imediata, sob o fundamento de que iria representar um superministério, o que potencialmente era certo, e que este seria ditatorial, o que era duvidoso”.<sup>15</sup>

---

14. “Celso Furtado entregou a Goulart Sistema Nacional de Planejamento”, *Última Hora*, 6 de março de 1963.

15. Entrevista de 8 de maio de 1965 a Robert T. Daland, *Estratégia e estilo de planejamento brasileiro*, op. cit., p. 99.

Para o editorialista do *Diário de Notícias*,

[...] importante mesmo é o Ministério do Planejamento, única novidade que o projeto apresenta, pois os demais são desdobramentos de ministérios já existentes. O importante do ministério é a amplitude de suas funções. Ora, o Ministério do Planejamento deve caber ao sr. Celso Furtado, o autor do Plano Trienal e da reforma administrativa que dá tantos poderes a esse ministério. Economista conhecido [...], possivelmente as tendências políticas do sr. Celso Furtado impediram-no de imitar o exemplo francês, o que se adapta melhor à nossa índole. O planejamento francês é capitalista, não socialista. Visa a orientar, estimula a apoiar a iniciativa privada. Não é autoritário, imperativo, mas conselheiral, indicativo.<sup>16</sup>

O *Globo*, na sua linguagem mais popularesca, sobe o tom:

Ao mesmo tempo que prepara o seu bolo, o sr. Celso Furtado se dispõe a comê-lo, tanto quanto possível, sozinho. A reforma administrativa indispensável para a execução do plano prevê a absorção do controle de todas as aplicações de recursos pelo Ministério do Planejamento [...]. O sr. Celso Furtado prevê o esvaziamento das atribuições de seus colegas, para erigir-se numa espécie de czar da economia brasileira.<sup>17</sup>

## A política

Celso Furtado deixava bem claro no plano que nenhum planejamento resistiria à desarmonia entre o Legislativo e o Executivo, à descoordenação dos dirigentes e sobretudo à falta de sintonia entre as autoridades monetárias e as autoridades fiscais. Em suma, sem que houvesse no governo um grau de integração para executar as tarefas previstas, seria difícil levar o plano a bom porto. Ademais, seria preciso trabalhar com a perspectiva de alguns anos para se chegar a uma razoável eficiência, “exatamente porque o planejamento é

---

16. “O Plano Trienal”, *Diário de Notícias*, 3 de janeiro de 1963.

17. “A pré-revolução brasileira”, *O Globo*, 29 de dezembro de 1962.

um processo contínuo, que se introduz por etapas e se aperfeiçoa na medida em que é implantado”.<sup>18</sup> O importante era iniciá-lo. Celso o iniciou com muito empenho.

Como que imbuído de uma missão – traço que afluía em seu comportamento sempre que convocado, por outros ou por si mesmo, a falar do Brasil –, fez dezenas de viagens e conferências para explicar o plano e persuadir os oponentes de sua necessidade para o desenvolvimento do país. Em seus arquivos há uma profusão de convites, quase sempre por telegramas, de entidades que solicitam a presença do ministro para discorrer sobre o plano – o “povo da Amazônia” e o da “Baixada da Guanabara”, os cafeicultores araraquarenses e a União das Classes Produtoras do Ceará, os bancários e securitários do Rio de Janeiro, os vereadores de Bagé, os lavradores, os diretórios acadêmicos do Rio Grande do Sul, os líderes evangélicos. Esse esforço ingente de explicação se desdobrou no envio de exemplares da Síntese do Plano Trienal às mais diversas pessoas e associações no Brasil e no exterior que queriam ler o trabalho, fossem jornalistas soviéticos ou professores da London School of Economics.

O Plano Trienal teve, como se verá neste livro, boa repercussão na imprensa dos Estados Unidos, o que, à primeira vista, pareceria uma espécie de voto de confiança no presidente Jango, num momento em que as relações do Brasil com os Estados Unidos andavam muito tensas. Mas era arraigada na Casa Branca a resistência à orientação política do governo Goulart. Na noite de um sábado, dia 15 de dezembro de 1962, já com o plano pronto, Celso estava em seu apartamento da rua Rainha Elizabeth, no Rio de Janeiro, quando recebeu um telefonema de Jango pedindo-lhe para fazer, se possível naquele domingo, um resumo – “quero a coisa mastigada”<sup>19</sup> – dos principais tópicos e levá-lo pessoalmente a Brasília: às 2:00h da madrugada de segunda-feira as quase 450 páginas estavam resumidas em 15 laudas. No dia seguinte o presidente teria um almoço, no

---

18. Plano Trienal, cit.

19. “Brasília informa”, Maurítônio Meira, *Última Hora*, 19 de dezembro de 1962.

Palácio da Alvorada, com Robert Kennedy, ministro da Justiça dos Estados Unidos.

Os detalhes da vinda ao Brasil do irmão de John Kennedy foram revelados pela *Folha de S. Paulo* em 12 de agosto de 2001. Bob Kennedy chegou a Brasília no domingo, 16 de dezembro de 1962, e no dia seguinte almoçou com Jango. Quinze dias depois o plano seria apresentado ao país, e na semana seguinte haveria o plebiscito sobre o sistema de governo. Dava-se como certa a vitória do presidencialismo. Portanto, Jango estava às vésperas de recuperar todos os poderes de um presidente no Brasil. Um dos itens do plano previa a renegociação da dívida externa com os americanos em condições melhores que as que os Estados Unidos se dispunham a aceitar.

Conta o repórter da *Folha*, Marcio Aith:

Bob, como era conhecido, fora enviado ao Brasil em caráter sigiloso pelo irmão, o então presidente John Kennedy. Tinha uma missão específica: encostar o presidente brasileiro, João Goulart, na parede, exigindo dele uma definição ideológica, e atraí-lo politicamente em troca de empréstimos. [...] Bob [no] Palácio da Alvorada conversou com Jango por três horas e quinze minutos, das 11h15 às 14h30. Almoçou no palácio e voltou para os Estados Unidos horas depois.<sup>20</sup>

O jornal também divulgou partes de um documento do Departamento de Estado, dando conta da reunião. Goulart teria garantido não ser antiamericano mas “os ataques contra o governo, e contra o próprio presidente Goulart, o tinham obrigado a organizar as forças populares a seu favor e a fazer concessões a elas com o propósito de ficar no poder. Se ele não tivesse conseguido esse tipo de apoio, especialmente dos sindicatos, os grupos conservadores o teriam derrubado”, relata o documento.

Veio à baila, no encontro entre Bob, Jango e o embaixador Lincoln Gordon, o tema do antiamericanismo da “extrema esquerda” presente em órgãos do governo como a Petrobras, o Ministério de

---

20. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 2001.

Minas e Energia, a Sudene e o BNDE. Prossegue o relatório divulgado pela *Folha*:

O presidente mencionou Celso Furtado [sobre possíveis membros do próximo governo presidencialista], dizendo saber que, para alguns, ele era um esquerdista radical. Ele pediu ao embaixador para comentar. O embaixador disse que não sabia ao certo se isso era correto naquele momento e que, numa outra ocasião, Furtado certamente defendeu posições de extrema esquerda.

Celso não participou propriamente do almoço de Bob Kennedy e Jango. Entrou na sala logo em seguida, terminada a refeição. Era a pessoa responsável pelo Plano Trienal – cujas grandes linhas explicou ao visitante –, tinha sido citado nominalmente na conversa como um dos “esquerdistas” do governo e tivera, no ano anterior, um frutuoso encontro com o presidente John Kennedy na Casa Branca, a respeito da Sudene, o que Bob devia saber.

Na entrevista que deu a Cláudia Antunes, repórter da *Folha*, no dia seguinte da reportagem acima, ele recordou:

Eles [os americanos] estavam muito apreensivos com o futuro do Brasil, porque íamos enfrentar o referendo e estavam inseguros sobre o comportamento de Goulart. Havia uma confusão na cabeça dos americanos entre nacionalismo, esquerdismo e comunismo. Tudo era antiamericanismo. O problema deles era identificar antiamericanismo em qualquer política esquerdista ou nacionalista. [...] Eu estava no governo, sabia [da acusação aos “os comunistas no governo”], e não era a primeira vez. Não houve nada de extraordinário nessa reunião senão a angústia deles face ao referendo que ia ocorrer. As pesquisas indicavam que Goulart iria ganhar amplamente e eles queriam que ele se comprometesse a não cair na mão da esquerda, do nacionalismo.<sup>21</sup>

Bob Kennedy chegou a interpelá-lo sobre os “comunistas” da Sudene, em tom um tanto áspero e longe do trato afável de John Kennedy. Celso respondeu que os funcionários entravam por concurso,

---

21. Entrevista a Cláudia Antunes, *Folha de S. Paulo*, 13 de agosto de 2001.

sem que o superintendente se preocupasse com suas preferências políticas. Em seu livro de memórias ele resumiu a discreta viagem de Bob Kennedy ao Brasil: “As autoridades americanas muito provavelmente já haviam tomado o seu partido: nada fariam para ‘ajudar Jango a salvar-se.’”<sup>22</sup>

Convém notar que Daland, no capítulo sobre as pressões internacionais, escreve que Roberto Campos, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, disse, tão logo o Plano Trienal foi divulgado, que o texto estava sendo estudado em Washington. “Evidentemente, o trabalho tinha chegado ali durante ou antes da data de sua publicação no Brasil.”<sup>23</sup>

## O destino

Em 15 de março de 1963, na mensagem que enviou ao Congresso por ocasião da abertura da sessão legislativa, Jango deteve-se longamente nas propostas do Plano Trienal. O foco, a seu ver, era o desenvolvimento e o planejamento, que se “constitui, ele próprio, em uma reforma de base, não obstante ser ele instrumental”. Lembra que “todos, em maior ou menor escala, temos de pagar a nossa cota de sacrifício para sanar os males que perturbam a evolução social”. Diz que enfrentar a inflação “para freá-la dentro de um plano global” foi sua primeira preocupação tão logo recebeu do povo, em 6 de janeiro, “o seu extraordinário voto de confiança”; e que “o Plano Trienal do governo, cujas diretrizes básicas determinei que logo fossem seguidas, subordina as medidas antiinflacionárias à política de desenvolvimento econômico e social do país”. Quanto às reformas, enfatiza a agrária, “uma ideia-força irresistível, que não pode ser protelada”.

A mesma ênfase na reforma agrária figura no discurso que Celso faz semanas depois, em Buenos Aires, ao receber o prêmio da prestigiada fundação argentina Ovídio Gimenez, por seus trabalhos de pesquisa sobre as ciências econômicas:

---

22. *A fantasia desfeita*, cit.

23. *Estratégia...*, cit.

A tomada de consciência crítica nos permitiu, no Brasil, perceber, independentemente de posições ideológicas, as profundas injustiças sociais que entranham a atual estrutura agrária do país, e a enorme perda de recursos humanos e de potencial de riqueza para o país que é a manutenção dessa estrutura. Nada é tão específico de nosso processo atual como essa consciência de que o esforço de desenvolvimento é também uma luta pela reconstrução social. Os fatores que entravam a manifestação plena das forças promotoras do desenvolvimento econômico do país são os mesmos que mantêm grande parte de sua população submetida a um regime semifeudal que esteriliza o melhor de sua capacidade criadora.<sup>24</sup>

Nos primeiros meses de 1963, a determinação do presidente em levar adiante o Plano Trienal parece inquestionável. A inflação, que em dezembro de 1962 foi de 6,3%, caiu para 1,6% em abril seguinte. Como escreve Lourdes Sola em seu trabalho sobre o sistema de decisões econômicas e políticas de governo:

A tônica dominante no período que vai de janeiro a março de 1963 foi a intensa atividade de arregimentação dos atores políticos e o inegável compromisso inicial com as diretrizes do plano por parte da maioria dos atores situados no Executivo. A julgar pelas declarações oficiais do presidente, pela composição do novo ministério e pelo empenho dos protagonistas em divulgar as políticas propostas em suas respectivas frentes de atuação, seu principal objetivo consistiu em um esforço de construir o consenso de que o governo necessitava. [...] Esta é, portanto, uma fase em que as oportunidades de sucesso pareciam abertas.<sup>25</sup>

Em maio, Jango volta a defender o plano, em discurso no Paraná:

Atingimos o limite de nossa capacidade de autofinanciar o nosso desenvolvimento à custa da estabilidade da vida financeira do país. Se não aplicássemos desde logo um torniquete a esse dessangrar

---

24. Discurso de agradecimento à Fundação Ovídio Gimenez, Buenos Aires, 10 de junho de 1963.

25. *Ideias econômicas, decisões políticas*, Lourdes Sola, São Paulo, Edusp/Fapesp, 1998, p. 354.

permanente e sem pausa em que se esvaía nossa economia pública e privada, não sei até onde chegariam a resistir todas as coisas e instituições que precisam durar para que dure uma nação.<sup>26</sup>

Num clima de potencialização das lutas sociais, os turbulentos embates do governo e da oposição foram, porém, minando a boa disposição do pequeno grupo de ministros e dirigentes que acreditavam na viabilidade do Plano Trienal. Nas notícias de jornal aparece, daí em diante, um ceticismo, ou francamente uma descrença no êxito do plano.

Multiplicaram-se os sinais contraditórios. Alguns grupos de empresários, como os da Fiesp e da CNI, ainda mostravam interesse em prosseguir com o plano, mas as associações comerciais iam contra o “estatismo” de um projeto elaborado por um ministro “socializante”. Ainda em janeiro, quando o plano engatinhava, Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, o denunciava como “uma tentativa da burguesia ligada aos interesses internacionais de aumentar o ritmo de desenvolvimento e reduzir a inflação com a manutenção do privilégio do capital imperialista e do setor agrário-exportador.”<sup>27</sup> Inversamente, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, bradava que o “sr. Celso Furtado ainda confunde o enriquecimento do povo com o enriquecimento do Estado e pensa que governo cria riqueza.”<sup>28</sup>

Muitas implicações do plano sequer foram aprofundadas. Um exemplo: assegurar uma taxa de crescimento de 7%, como previsto, significava abrir “desde logo o debate sobre uma questão polêmica fundamental: a redistribuição mais equitativa da renda”, escreveu *O Semanário*. Significava “o próprio motivo da luta, pró e contra a simples ideia de planejamento econômico global.”<sup>29</sup>

---

26. *Jornal do Commercio*, 5 de maio de 1963.

27. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1963.

28. *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1963.

29. “O Plano Trienal não vingará sem apoio popular”, *O Semanário*, 17 a 23 de janeiro de 1963.

Em abril de 1963 o governo reintroduziu os subsídios do trigo e dos combustíveis. Seguiram-se reajustes salariais do funcionalismo, de 60% e não de 40%, conforme acordado com o FMI. Em maio, a inflação voltou a acelerar, chegando a 4%. Frustravam-se as aspirações desenvolvimentistas do Plano Trienal. O governo não teve como aplicar as medidas de estabilização e reformas. Celso Furtado, ministro do Planejamento e criador do plano, e San Tiago Dantas, ministro da Fazenda e seu executor, foram exonerados na reforma ministerial de junho de 1963. Dias depois, o presidente Jango assinava um decreto extinguindo o Ministério do Planejamento e criando um escritório de Coordenação do Planejamento Nacional, adjunto à Presidência.

Ao contrário do que se disse em anos recentes – em 2004, quando se completaram quarenta anos do golpe militar, ou em 2006, quando fez trinta anos da morte de Jango –, o Plano Trienal nada tinha de “esquerdista” nem era constituído de uma série de “reformas de base”. “O projeto de Furtado, então superintendente da Sudene, previa um processo de desenvolvimento sustentado e confrontava as reformas ditas ‘revolucionárias’, na marra, proclamadas por Leonel Brizola e muito ao gosto do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro”, observou com argúcia o jornalista Alberto Dines: “Esse conflito entre os ‘radicais’ e os moderados-competentes (representados por Celso Furtado) é essencial para entender as crises internas que emperraram ainda mais o indeciso Jango e levaram muitos liberais a seduzir-se pela ilusão do *golpe cirúrgico*.”<sup>30</sup>

A conclusão cabe a Celso Furtado, em entrevista à historiadora Alzira Abreu:

Eu preparei um plano mas na verdade não houve base de sustentação para ele. O plano foi muito útil naquele momento porque deu um perfil claro ao governo para ganhar o plebiscito e reinstaurar o presidencialismo no Brasil. O objetivo era o de lançar

---

30. Alberto Dines, Observatório da Imprensa, “1964 + 40, anos de chumbo, chumbados”, [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br).

uma política de estabilização com crescimento. O plano foi aceito por todas as correntes políticas mas quando chegou a hora de colocá-lo em execução as tensões da sociedade brasileira eram tão grandes que ninguém queria sentar em torno da mesa para discutir nada. O presidente Goulart achou conveniente abandonar o plano. Eu me afastei e voltei para a Sudene.<sup>31</sup>

---

31. Entrevista a Alzira A. de Abreu, *Ciência hoje*, ano 1, n. 5, março-abril de 1983.